

* Museu Monográfico
de Conímbriga,
Centro de Estudos
Clássicos e
Humanísticos UC¹
virgiliocorreia@
mmconimbriga.dgpc.pt

¹Trabalho
desenvolvido no
âmbito do projeto
UID/ELT/00196/2019,
financiado pela
FCT – Fundação
para a Ciência e a
Tecnologia.

Research developed
under the Project
UID/ELT/00196/2019,
funded by the
Portuguese FCT
– Foundation
for Science and
Technology.

O autor escreve
segundo o Acordo
Ortográfico de 1945.

Desenvolvimento das escavações arqueológicas em Conímbriga (DEARCON, 2012–2018): apreciação sumária dos trabalhos e resultados¹

Virgílio Hipólito Correia*

Resumo São apresentados os principais resultados das escavações arqueológicas realizadas nas Ruínas de Conímbriga entre 2012 e 2018, que tiveram como principal objecto a zona sul do anfiteatro da cidade e as suas relações com outros edifícios e com a muralha do Baixo Império que se lhe sobrepôs.

A dinâmica de ocupação da zona norte do planalto da cidade é apresentada e identificadas as principais construções, na perspectiva de futuros trabalhos de caracterização aprofundada dos edifícios agora reconhecidos.

Abstract The more significant results of the archaeological excavations carried out in the Ruins of Conímbriga between 2012 and 2018 are presented. Its main object was the southern area of the amphitheatre of the city and its relations with other buildings and with the Late-Imperial wall which overlapped it. The dynamics of occupation of the northern part of the city's plateau is presented and the main constructions are identified, in the perspective of future works of in-depth characterization of the now recognized buildings.

1. O projecto DEARCON

A característica singular de Conimbriga, no panorama das cidades romanas da Lusitânia de dimensão e importância comparáveis, é a sua desertificação no Período Medieval (Alarcão, 1990, 1992). Este facto histórico, que veio a permitir um largo fôlego de investigação sobre a cidade no período imperial, não foi, em si mesmo, ao longo da história da investigação, um dos objectivos prioritários (Alarcão & Etienne, 1977).

No âmbito do desenvolvimento da missão que lhe está atribuída e com esta questão em mente, o Museu Monográfico de Conimbriga apresentou um projecto de investigação, centrado em três objectivos:

1 – Caracterizar, nas vertentes da arquitectura, da tecnologia de construção e da ocupação do espaço, o processo de evolução da cidade nos períodos tardo-romano e medieval. Este objectivo cruza-se também com os projectos em desenvolvimento no sentido de caracterizar por meios de prospecção geofísica as características da área não escavada da cidade.

2 – Construir, testar e aplicar métodos de identificação e registo de contextos e evidências,

adequados à natureza do terreno e dos fenómenos deposicionais e pós-deposicionais ocorridos. Naturalmente, este objectivo enquadra-se na actividade regular do Museu de colaboração com instituições de Ensino Superior de Arqueologia, através da oferta de módulos práticos de aprendizagem.

3 – Construir modelos coerentes de explicação dos fenómenos arqueológicos e dos factos históricos envolvidos e disponibilizá-los à comunidade científica e ao público em geral de forma fácil, transparente e completamente acessível, em coordenação com a estrutura museológica existente.

2. Estratégia

A operacionalização destes objectivos dependeu sobretudo da possibilidade de se encontrar no perímetro das Ruínas, uma área idónea ao seu desenvolvimento em conjunto.

A área seleccionada corresponde aos sectores G XIV, G XV, G XVI e G XVII, que correspondem, *grosso modo*, à área localizada entre o fórum e o anfiteatro.

Três razões concorreram nesta selecção:

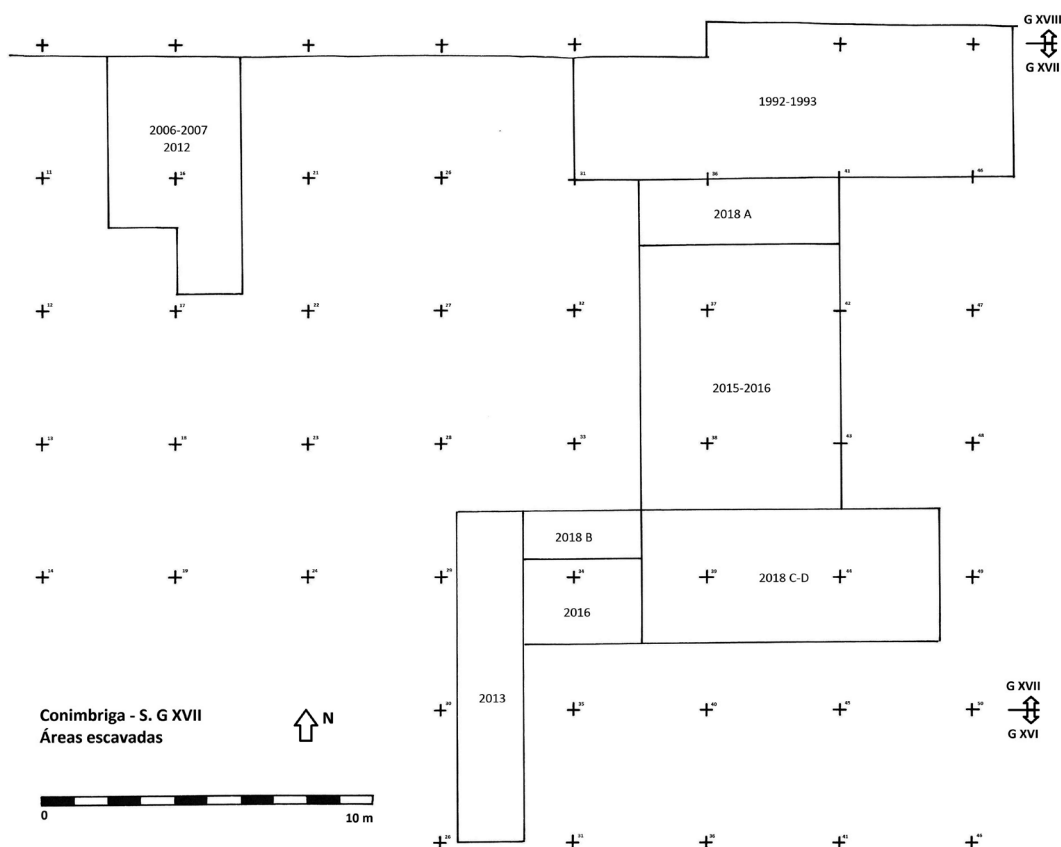


Fig. 1 – Distribuição das áreas escavadas em Conimbriga, no sector G XVII (2012-2018).



Fig. 2 – Aspecto da sobreposição da muralha às estruturas demolidas do anfiteatro em G XVII.17/18.

— Trata-se de uma área de edifícios domésticos situados entre monumentos públicos, pelo que há fortes possibilidades de as dinâmicas entre estes espaços terem dado lugar a um conjunto diversificado de fenómenos deposicionais e post-deposicionais que importa identificar e registar.

— A sua localização específica no perímetro das ruínas permite desenvolver escavações arqueológicas em extensão, sem perturbar o normal fluxo de visitantes e o regular funcionamento da instituição.

— É uma área natural de extensão do perímetro visitável, no futuro.

Os trabalhos, concentrados no sector G XVII, vieram a centrar-se sobretudo nos limites meridionais do anfiteatro. Intervencionada pela primeira vez em 1993 (Correia, 1994), a zona sul do anfiteatro de Conímbriga revelou-se uma área crucial para o conhecimento da evolução urbana da cidade em épocas pós-imperiais. Isto levou ainda à realização de outras escavações nos anos de 2006 e 2007 (De Man, 2007, 2011; De Man & *alii*, 2011).

Entre 2012 e 2018, o projecto desenvolveu um conjunto de iniciativas, incluindo uma campanha de prospeção geofísica e sondagens de teste dos resultados em 2012–2013; escavações mais alargadas em 2015–2016 (Cerveira, 2017; Geraldès, 2017; Santos, 2017) e uma derradeira campanha em 2018 (para além de outras intervenções no monumento no seu todo). A investigação anterior sobre o anfiteatro de Conímbriga está sumariada em Ruivo & *alii*, 2017.

3. As questões levantadas

As escavações realizadas decorreram, durante uma primeira fase, sob o considerando genérico de que o anfiteatro tinha sido demolido para a construção da muralha (Correia, 1994, 1997, 1999, 2007). As últimas escavações desmentiram esse pressuposto e a dinâmica de ocupação da área (em época imperial) pode ser desdobrada em cinco fases distintas:

I – Construção do anfiteatro.

II – Abandono ou demolição do anfiteatro e construção de um edifício doméstico.

III – Construção da muralha baixo-imperial.

IV – Modificações na utilização do edifício doméstico e instalação de uma oficina torêutica.

V – Abandono do edifício e da área em geral.

As três fases intermédias são o motivo central de interesse das escavações na área, nomeadamente no sentido de permitir problematizar as questões seguintes.

3.1. Data de abandono e/ou demolição do anfiteatro

A interpretação simplificada da dinâmica de ocupação do local, fazendo coincidir temporalmente a demolição do anfiteatro e a construção da muralha baixo-imperial foi fortemente influenciada pela interpretação tradicional do impacto do cristianismo na consciência pública romana e na condenação dos espetáculos sangrentos pela nova religião, logicamente mais efetiva a partir de Constantino, sob cujo reinado provavelmente se construiu a muralha (Teja, 1994).

A análise das estruturas indica que os muros identificados em 1993.G XVII.36, que se mostrou fazerem parte de um edifício doméstico, são anteriores à muralha; isto obrigaria a retrotrair significativamente a data presumível de demolição do edifício de espetáculo, o que poderia ser de grande importância para o entendimento das políticas culturais e ideológicas das elites locais, em que os anfiteatros desempenhavam um papel fundamental (Gros, 1994), mas a própria dimensão histórica da questão obriga a prosseguir cautelosamente a indagação.

O posicionamento mais exato da história do edifício, para além da importância direta no

estudo e intervenções futuras num monumento que é central nos projectos de desenvolvimento do programa museológico de Conimbriga, é também muito importante no panorama geral do avanço do conhecimento sobre a cidade (Ruivo & Correia, 2017).

3.2. Morfologia e funcionalidade do edifício doméstico identificado entre 1993 e 2015

As características do edifício não podem ser, neste momento, completamente compreendidas, mas parece claro que se identifica uma série de compartimentos de planta aproximadamente quadrada, abertos a leste, para o que deve ser um espaço de circulação (talvez um peristilo). Estes compartimentos são notáveis pelo seu revestimento a *opus signinum* de muito boa qualidade, rematado por meia cana.

O do lado norte (onde em 1993 se iniciaram as escavações) é além disso notável pela qualidade da pintura parietal que cobriu as suas paredes. Pintura, embora talvez mais simples, decorou também o compartimento imediatamente contíguo, a sul.

Num momento mais avançado da sua vida, este edifício sofre uma modificação do seu uso. No compartimento identificado mais a sul, a porta é estreitada por um entaipamento parcial e é criada uma escada de acesso (provavelmente a um mezanino) no seu interior. No compartimento contíguo é instalado um forno metalúrgico, provavelmente dedicado à metalurgia do cobre.

3.3. Caracterização da oficina torêutica

A identificação de um local de produção de sítulas de bronze na campanha de 2015–2016 (Geraldes, 2017) reveste-se de enorme importância (Cf. Ponte, 2018).

As sítulas conhecidas na Lusitânia são uma invenção regional, que adoptou a forma itálica do *caccabus* (Annechino, 1977, p. 108) e a proveu de armelas decoradas onde se articula a asa diametral permitindo a suspensão do vaso sobre o fogo, como o *ahenum* (Annechino, 1977, p. 109).

O protótipo não é itálico, já que as sítulas italo-tas (Pernice, 1925, pp. 21–30) têm duas asas (e as armelas, correspondentemente, duas argo-



Fig. 3 – Forno metalúrgico identificado em 2015.G XVII.36/38.

las); estes são os vasos decorados de inspiração helenística, não os anteriormente referidos, que são vasos de uso corrente na cozinha.

A invenção do tipo deve, pela evidência disponível, ser posterior à erupção do Vesúvio que soterrou Pompeia e poderá ter ocorrido em várias regiões diferentes, com resultados correspondentemente diversos.

A forma das sítulas lusitanas providas de mascarões figurativos é documentada por uma peça da coleção do Museu Nacional Machado de Castro (Alarcão 1970), de proveniência atribuída a Condeixa-a-Velha (verosimilmente Conimbriga). Nas escavações do sítio arqueológico foi localizado um vaso da mesma forma (Alarcão & alii, 1979, p. 158, n.º 31), sendo para além disso a coleção do Museu Monográfico de Conimbriga muito rica em mascarões, alguns deles com evidência de estarem em processo de fabricação (cf. Delgado, 1970, p. 27, n.º 10; Alarcão & Ponte, 1994, p. 78, n.º 125; Pinto, 2002, pp. 317–318, n.º 192) e moldes de, pelo menos, dois tipos diferentes (Alarcão & Ponte, 1994, pp. 78–79, n.ºs 122–123). O vaso, único elemento do conjunto contextualizado em estrato de interpretação segura de data mais antiga (67.H VI.24(3), cf. Alarcão & Etienne, 1977, pp. 300, 224) foi localizado entre o solo trajânico das Termas do Sul (horizonte 26; Alarcão & Etienne, 1977, pp. 300, 224) e a sua remodelação no século IV (horizonte 35; Alarcão & Etienne, 1977, pp. 300, 224).

António Nunes Pinto, em 2002, isolou um Grupo I, com três variantes, que representaria (Pinto, 2002, p. 77), a importação itálica, protótipo dos mascarões peninsulares em geral.

Todavia, integra no subtipo IA (Pinto, 2002, p. 306, n.º 169) uma peça de Conímbriga, recolhida nas escavações luso-francesas, mas não publicada nas *Fouilles de Conímbriga* (cf. Alarcão & alii, 1979, p. 156), que é demonstravelmente de produção local, pois corresponde com bastante exatidão a um dos referidos moldes proveniente das escavações antigas (Alarcão & Ponte, 1994, p. 78, n.º 123 [molde] e n.º 124 [armela]), por isso (e por uma observação crítica das próprias peças) é lícito duvidar também do carácter de peças importadas dos mascarões de Corredores (Pinto, 2002, p. 305, n.º 168) e Tomar (Pinto 2002, p. 307, n.º 171). Restam como possíveis protótipos, o perdido mascarão de S. Sebastião do Freixo (Oleiro & Alarcão, 1969, p. 8; Pinto, 2002, pp. 306–307, n.º 170) e uma peça entretanto localizada em *Conímbriga*, sem contexto (Correia, 2002, pp. 506–507, n.º 204). A peça de Collippo foi encontrada num poço (Oleiro & Alarcão, 1969, p. 8.), juntamente com fragmentos de uma panela de cerâmica calcária de tipo *Fouilles V 420/694* (Alarcão, 1975, pp. 78–101) e de um prato de terra sigillata africana ou sua imitação, de forma Hayes 27 (Hayes, 1972, pp. 50–51), o que permite apontar para datas a partir da 1.ª metade do século II d.C.

A difusão dos eventuais protótipos ou, dito de outra forma a “criação” do tipo das símulas da Lusitânia, pode portanto ser colocada nos meados do século II d.C., podendo imaginar-se a existência de modelos suditalicos ou alexandrinos (Correia 2002, p. 507).

A historiografia tenderia tradicionalmente a inclinar-se pela primeira hipótese (Lamb, 1969, p. 241), mas a hipótese alexandrina é importante considerando a reconhecida capacidade inventiva dos bronzistas de vária origem estabelecidos em Alexandria (Lamb, 1969, pp. 198–200), as importações de peças dessa origem para o Ocidente do Império (Bérard, 1967, pp. 57–90), nomeadamente para a Gália (Boucher, 1976, pp. 181–202), e a influência que tais importações reconhecidamente tiveram em produções locais (Liebundgut, 1976, p. 104).

O contexto da oficina torêutica localizada em 2015–2016 corresponde aos meados do século V, pelo que a possibilidade de se identificarem mais completamente as suas produções (a escavação não foi completa) e uma sua provável origem, é da maior importância.

3.4. Um edifício de data anterior, contemporâneo do anfiteatro

Sob o edifício referido, verificou-se a existência de um outro anterior, de construção (em *opus incertum*) muito distinta, que foi contemporâneo do anfiteatro e onde, numa data provavelmente próxima do fim do seu uso, ocorreu um facto raro nas cidades romanas: um enterramento intramuros.

O enterramento identificado em Con.2013. Anf(14), foi datado radiocarbonicamente dos séculos II–III (Ruivo & alii, 2017). A importância desta ocorrência levou à obtenção de duas datações, em partes diferentes do esqueleto, por métodos distintos e sem conhecimento mútuo dos laboratórios, mas a coincidência dos resultados é relevante.

Há duas hipóteses de interpretação para o enterramento:

- uma ocultação (criminosa) de cadáver;
- um enterramento cristão.

Para decidir entre elas há vários dados a ter em conta.

O ritual da inumação torna-se comum a partir do reinado de Adriano, e é já dominante nas províncias em meados do século III (Toynbee, 1971, p. 40).

Qualquer sepultura, incluindo a inumação de indivíduos, dentro do *pomerium* de Roma era proibida pela Lei das XII Tábuas; esta determinação era estritamente seguida (Toynbee, 1971, p. 48).

Os cristãos em Roma continuaram a observar esse preceito legal (Taylor & alii, 2016, pp. 145–148) e só no século VI começam a surgir enterramentos dentro da cidade (Christie, 2000, p. 65), com o que os dados observados em Conímbriga coincidem.

Quadro 1 – Tabela de datações radiocarbónicas relativas a Con.2013. Anf(14)-Ind.1.

Datação	Referência	Idade (Anos BP)	Calibração 1σ	Calibração 2σ
Sac 2914	2013.Anf (Ind.1)	1830+/-35	134–224 AD	84–254, 302–315 AD
Beta 466116	Con2013.Anf (14)	1840+/-30	133–216 AD	86–242 AD

As basílicas martiriais eram, consequentemente, *extra pomerium* e exceções só podem ter ocorrido em datas post-constantinianas, como no geral acontece com todas as expressões públicas da fé cristã (a mais antiga inscrição cristã, datada, da Península Ibérica, é de 354 (Vives, 1959, p. 256).

Em 561, o cânone 18 do I Concílio de Braga estabelece que “não se dê sepultura dentro das basílicas dos santos aos corpos dos defuntos senão, se é necessário, fora, ao redor dos muros da igreja, o que até agora não está proibido. Porque se algumas cidades conservam firmemente o privilégio de que de modo algum se enterre o cadáver de nenhum defunto dentro do recinto dos seus muros, quanto mais deve obter a reverência pelos veneráveis mártires” (Vives, 1963, p. 75).

Data também desta época a lenda de São Vaast de Arras, falecido em 540, que deveria ser enterrado fora da cidade, de acordo com a tradição pagã, mas o seu corpo tornou-se miraculosamente tão pesado que não pôde ser transportado; quando o arcebispo perguntou se o cadáver não deveria ser colocado no altar catedralício, tornou-se subitamente leve como uma pena (Dickey, 2017).

Ambos elementos concorrem com a difusão do enterramento urbano *ad sanctos* apenas no século VI (em Roma, atribuída ao pontificado de João III [560–575]; Curran, 1908) e, mesmo então com resistências. Até essa data, qualquer enterramento dentro dos limites da cidade é ilegal e clandestino. O enterramento de Conimbriga é, em todo o caso, *sui generis* (cf. Testini, 1980; Íñiguez, 2003; Liccardo, 2004; Vitale, 2005).

Para além da possibilidade de futuras escavações virem a demonstrar o funcionamento do edifício do sector GXVII como *domus ecclesiae* antes de meados do século III, a “hipótese cristã” só poderá comprovar-se mediante a observação concorrente dos seguintes pontos:

- uma difusão precoce do cristianismo em Conimbriga.
- uma data também precoce para a prática da preservação de relíquias (condição de base para o enterramento *ad sanctos*).

A mais antiga referência a comunidades cristãs na Península Ibérica data de 182–188 e é incluída numa passagem do *Adversus Haereses* [I, 3] de Ireneu de Lyon (Sotomayor, 1979, pp. 39–40).

Os primeiros bispos na Lusitânia são mencionados na carta n.º 67 de Cipriano de Cartago, de 254, que se refere a um episódio de apostasia durante as perseguições de Décio (Sotomayor, 1979, pp. 42–45; González & Velázquez, 2008, *passim*).

A inscrição *Fouilles* II n.º 26 documenta a passagem por Conimbriga cerca de 130 de um liberto imperial (*Publius Aelius Ianuarius*) que terá anteriormente vivido em Éfeso (o seu filho chama-se *Publius Aelius Ephesius*) que foi um muito importante centro da cristandade primitiva (São Paulo, *Epístola aos Efésios*, de c. 56–57). A inscrição *Fouilles* II n.º 48, de um seu escravo, indica que se deslocou com um séquito alargado. O monumento da primeira inscrição (uma espécie de *cuppa*) atesta também a difusão do rito da inumação em Conimbriga.

A difusão do cristianismo em Conimbriga em datas anteriores aos objectos cristãos conhecidos mais antigos (lucernas norte africanas com *chrismon*, século IV: VV. AA. 2000, p. 12) para além de possível é, portanto, plausível.

A conservação de relíquias de santos na Península Ibérica está documentada desde 259, nas actas do martírio de São Frutuoso (Sotomayor, 1979, p. 53). Uma datação radiocarbónica da basílica paleocristã de Conimbriga parece indicar a manipulação de ossos humanos do século I, certamente entendidos como “relíquias” (De Man & alii, 2010, p. 6); a data em que a manipulação terá ocorrido não pode, no entanto, ser apontada.

Os pontos eventualmente probatórios da hipótese de um enterramento cristão podem, desta forma, ser dados como suficientemente estabelecidos (mas não completamente comprovados) em datas consentâneas com a datação radiocarbónica do esqueleto recolhido na UE14 de 2013.Con.Anf.

A “hipótese criminológica” poderia comprovar-se mediante a observação antropológica forense de factos que, de alguma forma, a sustentassem, o que não parece ser o caso, subsistindo a possibilidade (dependente da causa da morte) de não haver quaisquer traços a observar.

As duas hipóteses poderiam reunir-se numa só se, nas circunstâncias de perseguições sofridas pelos cristãos, tivesse tido lugar um enterramento clandestino de uma cristã notória, como forma de salvaguardar o seu cadáver de uma cremação que era entendida como punitiva e

humilhadora (Devlin, 1908); o espectro radio-carbónico maior (84–254) cobre de forma desigual os principais episódios de tais perseguições: Domiciano, 81–96; Trajano, 98–117; Décio, 249–251.

4. Os trabalhos de 2018

Os objectivos da intervenção final do projecto na área, levada a cabo em 2018, eram fundamentalmente dois:

– do ponto de vista da investigação, resolver alguns dos problemas deixados em aberto pelos trabalhos anteriores, nomeadamente a relação entre as várias estruturas identificadas, de forma a que ulteriores investigações possam ser planeadas com conhecimento base de suporte adequado à sua eficácia.

– do ponto de vista da gestão patrimonial, criar condições de manutenção e compreensão da área intervencionada, transformando, na medida do possível, as várias áreas de intervenção no local numa área contínua.

Foi portanto decidir escavar em quatro frentes distintas:

a) Como trabalho preparatório, removeu-se a banquetta situada entre as escavações de 1993 e as de 2015/2016 (2018.G XVII 31/32), que cobria um muro de separação entre duas salas do edifício (a presença do muro era já intuída dada a notória diferença das superfícies parietais visíveis na parede oeste: pintada no extremo norte, apenas branco a sul).

A escavação mostrou estar o muro muito destruído e não permitiu recolher muita informação. Pode, no entanto, recolher-se um conjunto de objetos metálicos muito significativos, ligados à ocupação documentada nas UEs 26/33 de 2015/2016, bem como recolher mais algum material que corrobora a datação da destruição desta ocupação na segunda metade do século V, a saber: um bordo de prato de *sigillata* africana Hayes 73; um pequeno fragmento de forma indeterminada do mesmo fabrico, decorado com palmetas tipo Hayes 3 (fig. 38, e), bastante longas em disposição radial; fragmentos de uma taça globular, em vidro incolor com facetas lapidadas (grupo d, Alarcão & Alarcão, 1965, pp. 64–68, n.ºs 84–86).

b) Na área 2018.G XVII.29/34 (unindo a vala de sondagem de 2013 à escavação de 2015/2016) escavaram-se cerca de 8 m², que

permitiram realizar um corte estratigráfico de importância fundamental, já que articula a estratigrafia identificada em 2013 com a identificada em 2015/2016.

c) Na área 2018.G XVII.35/40 (a sul da área de 2015/2016) escavaram-se em área 36 m², que permitiram aumentar o conhecimento do edifício aqui situado.

d) Escavou-se ainda a franja remanescente dos sedimentos correspondentes à sala identificada na escavação de 2015/2016 (2018.G XVII.38/39), onde se localizou o forno metalúrgico.

Recolheram-se alguns materiais relacionados com essa estrutura e pode apreciar-se mais completamente a arquitectura deste espaço, mas a escavação do compartimento onde a oficina torêutica laborou não pode ainda dar-se por concluída.

5. Principais conclusões

5.1. A ocupação do sector G XVII

A área de escavação 2018.G XVII.29/34 permitiu obter um corte estratigráfico relacionando as estruturas escavadas na vala de sondagem de 2013 e as estruturas identificadas em 2015–2016. Associada à estratigrafia identificada em 2016.G XVII.30.Sep., estes dados são fundamentais para a compreensão da articulação estrutural e urbana do sector G XVII.

As observações estratigráficas realizadas permitem construir o seguinte diagrama de Harris:

Momento 1 – primeiras construções

O 1.º momento de ocupação da zona escavada em G XVII.30 e G XVII.29/34 é marcado pela construção do muro UE 11. Trata-se de uma construção em *opus incertum* que reaproveitou um dormente de mó rotativa e que, por sua vez, se verifica pela estratigrafia murária que se adossou ao muro longitudinal da sondagem 2013. Anf(UE 4). A interpretação da dinâmica urbana do local sugere que estas se tratavam de construções frente ao anfiteatro.

A escavação do espaço intermédio entre este edifício e o monumento público é tarefa para o futuro. A UE 10 pode representar o solo pouco perturbado desse espaço. Os materiais são pouco característicos, sendo de assinalar apenas, entre os c. 30 fragmentos diagnósticos, 1 *Fouilles* V 49 (grés torneado), 1 *Fouilles* V 138 (argila

aluvionar), 1 *Fouilles* V 258 (cinzenta fina) e 1 $\pm$ *Fouilles* V 264A, em cerâmica alaranjada (para todas as referências a *Fouilles* V: Alarcão, 1975). Nenhum destes elementos ultrapassa cronologicamente o reinado de Trajano, sendo claudianas as presenças mais antigas, pelo que pode haver uma simultaneidade relativamente à própria construção do anfiteatro.

Momento 2 – ocupação

A ocupação associada ao muro da UE 11 é representada pela UE 2018.G XVII.29/34(8), correspondendo ao espaço exterior do edifício. A dinâmica do interior do edifício — 2016.G XVII.30. Sep(9) — é de características distintas e não foi completamente escavada, sendo o seu interface superior marcado por um piso de terra batida onde se abriu uma sepultura. O interface no exterior é marcado por um piso de obra (UE 7).

Recolheram-se na UE 8 c. 50 fragmentos diagnósticos, onde estão representadas as cerâmicas cinzentas finas (19 fragmentos, entre eles 2 *Fouilles V 468A*, 2 *Fouilles V 468B* e 1 *Fouilles V 475*), as alaranjadas (12 fragmentos, entre eles 1 *Fouilles V 574* e 1 *Fouilles V. 661*), as calcílicas (6 fragmentos, entre eles 1 *Fouilles V 412A* e 1 *Fouilles V 415*), um pequeno fragmento de talha em argila de Pombal-Barracão, 2 fragmentos de prato de *Terra Sigillata* Hispânica Drag. 15/17, 2 fragmentos de ânforas indeterminadas e vários fragmentos de uma jarra de cerâmica de cor beije claro rosado, de duas asas, de tipologia a determinar.

O material referido, predominantemente do século I, mostra algumas perturbações posteriores, o que é consistente com a datação radiocarbónica da sepultura que tem um limite superior entre 242 e 254 d.C.

Momento 3 – reconstrução do muro

O 3.º momento identificado corresponde à reconstrução do muro da UE 6 segundo uma linha ligeiramente diferente, alinhada pelas construções identificadas 2015/16.G XVII.36/38 (UE 11) e pela destruição parcial do muro pela vala de construção do muro N/S dessas construções (UE 9). Essa reconstrução cobriu, não afetando, a sepultura antes mencionada.

O material da UE 9 (vala de fundação) é escasso, mas inclui como diagnósticos 1 fragmento de prato de *Terra Sigillata* Hispânica Drag. 15/17 ou 18, 1 fragmento de bordo de jarro *Fouilles* V 584, 1 fragmento de bordo de pote de cerâmica

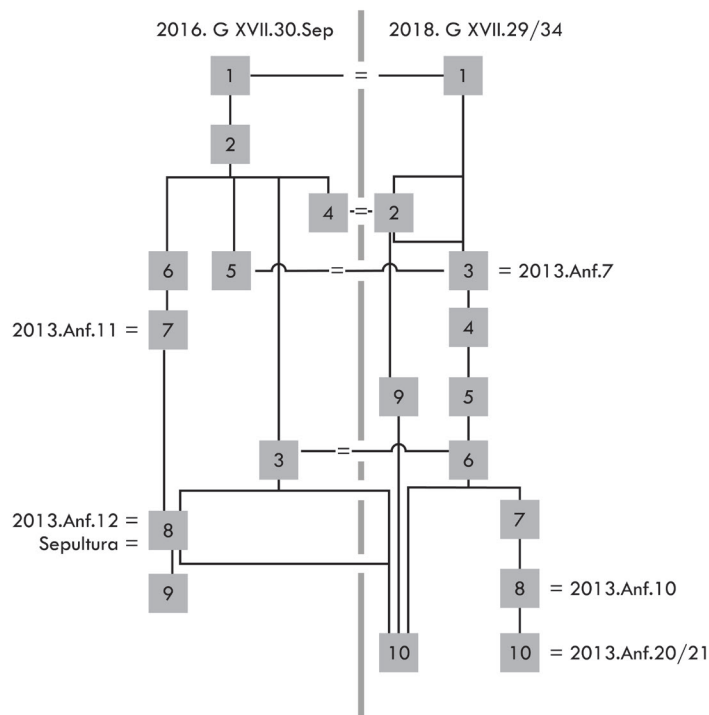


Fig. 4 – Diagrama de Harris.

calcífica *Fouilles V 403*, 1 fragmento de bordo de cerâmica aluvionar *Fouilles V 144/145*, 2 fragmentos de fundo indeterminável de cerâmica cinzenta fina, e 1 fragmento de fundo indeterminável de cerâmica alaranjada média. A cronologia da jarra, determinante para a datação do contexto centra-se no século III (com presenças, provavelmente material de arrastamento, até ao século V).

Entre os cerca de 20 fragmentos diagnósticos localizados no estrato associado à reconstrução, é apenas de assinalar um conjunto de fragmentos de um vaso decorado com roleta, afim de *Fouilles V 552B*, verosimilmente dos séculos III–IV.

Momento 4 – ocupação do edifício doméstico

A ocupação destas construções está associada à ocupação identificada em 2015/16.G XVII.36/38, compreendendo portanto a instalação e funcionamento da oficina torêutica, e foi ainda completada com as observações feitas em 2018.G XVII.35/40 que, como se disse, são relevantes mas ainda não definitivas.

Momento 5 – abandono

Os níveis de arrasamento das estruturas, posterior ao seu abandono, foram datados em 2015/2016, da segunda metade do século V (Santos, 2017) e, em 2018, G. XVII.35/40, mais

especificamente nas UE's 06 e 08, do terceiro quartel do século, devido à presença de *terra sigillata* focense da forma Hayes LRC 3c. Esta estratigrafia ofereceu ainda um significativo conjunto numismático, incluindo um *solidus* de Honório e, eventualmente relevante noutros contextos de discussão científica, um exemplar reconstruível de ânfora Lusitana 9.

3.º – O edifício identificado em 1992 e escavado entre 2015 e 2018 (1992/1993.G XVII.31/36/41; 2015-2016.G XVII.37/38; 2018.G XVII.39/44), cuja altimetria de referência de construção é 47,61/47,86.

4.º – A muralha do Baixo Império, no limite norte da área, cuja altimetria de referência de construção é 47,16/47,61.

5.2. Os edifícios do sector G XVII

Conhecem-se agora quatro unidades estruturais essenciais no sector G XVII de Conímbriga:

1.º – O anfiteatro, localizado na área NW (2006.G XVII.17/18[MUTACO 06], 2007.G XVII.17/18[MUTACO 07] e 20012.G XVII.17/18), cujas altimetrias de referência (sistema Knorr, 1991) são: construção – 46.23/46.54; demolição – 46,85/47,61.

2.º – O edifício fronteiro ao anfiteatro, localizado a SW (2013.Anf; 2016.G XVII.30. Sep.; 2018. G XVII.29/34), cujas altimetrias de referência são: construção – 47,13/47,24; demolição/reconstrução – 47,68/47,80).

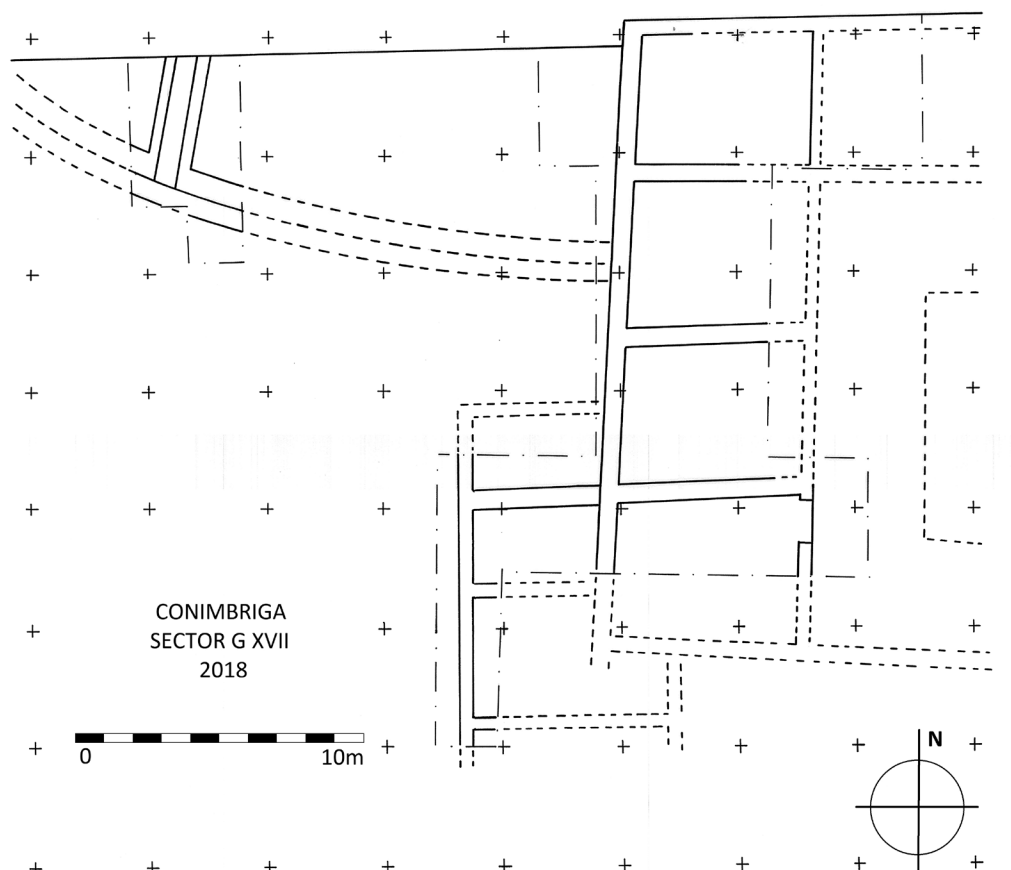
5.3. A dinâmica urbana do sector G XVII

O aspecto essencial a reter é o facto de ser possível combinar as altimetrias de referência com os momentos de ocupação de uma forma direta e muito estreita, permitindo caracterizar globalmente a dinâmica urbana neste sector de Conímbriga.

As altimetrias de referência da construção do edifício mais tardio e da muralha são precisamente o inverso da estratigrafia murária identificada em 1992/1993: o edifício é anterior à muralha, mas a sua construção ocorre a uma cota superior.

Esta situação contraditória e paradoxal só pode ser compreendida aceitando a contem-

Fig. 5 – Planta síntese dos edifícios localizados no sector G XVII.



poraneidade da construção do edifício e da muralha, sendo a sua sobreposição questão do momento da obra em que ocorrem, e não de uma faseamento dilatado no tempo. A cota (sistema Knorr [1991]) 47,61 é, deste modo o nível da obra mais geral em que, em primeira instância, é demolido o anfiteatro e em segunda é instalado o betão de limpeza da obra da muralha; a dinâmica da empreitada terá ditado que de seguida (terceira instância) é construído o edifício doméstico, precedendo desta forma a instância final em que é real-

mente levantado o alçado da muralha.

Esta conclusão pode vir a ser muito significativa, não só para a caracterização mais imediata deste edifício doméstico, mas também para a compreensão mais abrangente da forma como a muralha baixo-imperial foi construída e como foram acomodadas (arquitectónica e socialmente) as consequências urbanísticas que ela teve.

Em suma, o projecto DEARCON, *ut semper*, respondeu a algumas questões e levantou outras tantas.

Bibliografia citada

- ALARCÃO, Adília M.; PONTE, Salete da (19942) – *Museu Monográfico de Conimbriga. Coleções. 2.ª* ed. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- ALARCÃO, Jorge (1970) – Um caldeiro romano de bronze. *Ethnos. 7*, pp. 211–213.
- ALARCÃO, Jorge (1975) – *Fouilles de Conimbriga V. La céramique commune locale et régionale*. Paris: De Boccard.
- ALARCÃO, Jorge (1990) – Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In *Les villes de la Lusitanie romaine*. Paris: CNRS, pp. 21–34.
- ALARCÃO, Jorge (1992) – A cidade romana em Portugal. Renovação urbana em Portugal na época romana. In *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 73–127.
- ALARCÃO, Jorge (2004) – Conimbriga, 20 anos depois. In CORREIA, Virgílio Hipólito, ed. – *Perspectivas sobre Conimbriga*. Coimbra: Âncora, pp. 97–116.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert (1977) – *Fouilles de Conimbriga I. L'architecture*. Paris: De Boccard.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert; ALARCÃO, Adília M.; PONTE, Salete da (1979) – *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles diverses, conclusions générales*. Paris: De Boccard.
- ANNECHINO, Maria (1977) – Suppellettile fittile da cucina di Pompei. In *L'instrumentum domesticum di Ercolano e Pompei nella prima età imperiale*. Roma: L'Erma di Bretschneider, pp. 105–120.
- BERARD, Claude (1967) – Art alexandrin et mystères dionysiaques. Le 'vase bachique' d'Avenches. *Bulletin de l'Association Pro Aventico. 19*, pp. 57–90.
- DEN BOESTERD, Maria H. P. (1956) – *The bronze vessels in the Rijksmuseum G. M. Kam at Nijmegen*. Nijmegen: Uitgegeven in Opdracht van het Departement van Onderwijs, Kunsten en Wetenschappen.
- BOUCHER, Stéphanie (1973) – Problèmes de l'influence alexandrine sur les bronzes d'époque romaine. *Latomus. 32*, pp. 799–817.
- BOUCHER, Stéphanie (1976) – *Recherches sur les bronzes figurés de Gaule pré-romaine et romaine*. Roma: École Française de Rome.
- CERVEIRA, Ana Filipa Cruz (2017) – A zona Norte de Conimbriga: A evolução das cerâmicas locais e regionais. Resultados das campanhas de 2013 e 2015–2016. Coimbra: Faculdade de Letras, (Relatório de Estágio de Mestrado) < <http://hdl.handle.net/10400.26/22733> >.
- CHRISTIE, Neil (2000) – Construction and deconstruction: reconstructing the late-Roman townscape. In SLATER, Terry R., ed. – *Towns in decline AD 100–1600*. Aldershot: Ashgate, pp. 51–71.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1994) – O anfiteatro de Conimbriga. Nota preliminar. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier, eds. – *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26–28 de noviembre de 1992). Mérida: Junta de Extremadura, pp. 327–343.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1997) – Nouvelles recherches à Conimbriga. In ETIENNE, Robert; MAYET, Françoise, ed. – *Itinéraires lusitaniens: trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: Diffusion de Boccard, pp. 35–48.

- CORREIA, Virgílio Hipólito (1999) – Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conímbriga. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente A., ed. – *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, pp. 11–31.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2002) – Armela de asa de sítula com figura de um Sátiro ou de Sileno. In RIBEIRO, José Cardim, ed. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 506–507.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2007) – O anfiteatro de Conímbriga, monumento de espectáculo numa cidade lusitana. *Pedra & Cal*. 33, pp. 8–11.
- CORREIA, Virgílio Hipólito; ALARCÃO, Pedro (2008) – Conímbriga: um ensaio de topografia histórica. *Conímbriga*. 47, pp. 121–136. < http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_47_2 >.
- CURRAN, John (1908) – Cemetery. In *The Catholic Encyclopedia*. New York, NY: Robert Appleton Company < <http://www.newadvent.org/cathen/03504a.htm> > (consulta: 14/07/2017).
- DE MAN, Adriaan; SOARES, António Monge (2007) – A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conímbriga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10:2, pp. 285–294.
- DE MAN, Adriaan (2004) – Aspectos de Conímbriga tardo-antiga. *Biblos*. Nova série. 2, pp. 505–518.
- DE MAN, Adriaan (2006) – *Conímbriga do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Silabo.
- DE MAN, Adriaan (2006–2007) – Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conímbriga. *Portugalia*. Nova série. 27–28, pp. 59–67.
- DE MAN, Adriaan (2011) – Recent archaeological research on late and post-Roman Conímbriga, *Madridrer Mitteilungen*. 52, pp. 514–527.
- DE MAN, Adriaan; SOARES, António Monge (2007) – A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conímbriga, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10:2, pp. 285–294.
- DE MAN, Adriaan; SOARES, António M. Monge; MARTINS, José M. M. (2010) – A datação pelo radiocarbono de contextos funerários da denominada basílica paleocristã de Conímbriga. *Arqueologia Medieval*. 11, pp. 5–9.
- DEICHMANN, Friedrich W. (2002) – *Archeologia cristiana*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- DELGADO, Manuela (1970) – Elementos de sítulas de bronze de Conímbriga. *Conímbriga*. 9, pp. 15–44.
- DEVLIN, William (1908) – Cremation. In *The Catholic Encyclopedia*. New York, NY: Robert Appleton Company < <http://www.newadvent.org/cathen/04481c.htm> > (consulta: 14/07/2017).
- GERALDES, Lúcia Margarida Passos (2017) – *Escavações na zona norte de Conímbriga: resultados das campanhas de 2013 e 2015–2016. Caracterização das ocupações e atividades produtivas*. Coimbra: Faculdade de Letras, Relatório de Estágio de Mestrado < <http://hdl.handle.net/10400.26/22734> >.
- GONZÁLEZ BLANCO, Antonino; VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, Agustín, eds. (2008) – *Los orígenes del cristianismo en Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- GROS, Pierre (1994) – L'amphithéâtre dans la ville. Politique 'culturelle' et urbanisme aux deux premiers siècles de l'Empire. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier, eds. – *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26–28 de noviembre de 1992). Mérida: Junta de Extremadura, pp. 13–30.
- ÍNIGUEZ HERRERO, José Antonio (2003) – *Archeologia cristiana*. Roma: San Paolo.
- KAPELLER, Anne (2003) – La vaisselle en bronze d'Avenches/Aventicum. *Bulletin de l'Association Pro Aventico*. 45, pp. 83–146.
- KNORR, Markus (1991) – *Geodetic reference system for the archaeological museum in Conímbriga*. Coimbra: Universidade.
- LAMB, Winifred (1969) – *Ancient Greek and Roman bronzes*. Chicago, MI: Argonaut Inc.
- LEIBUNDGUT, Annalis (1976) – *Die römischen Bronzen der Schweiz. II. Avenches*. Mainz: Von Zabern.
- LICCARDO, Giovanni (2004) – *Introduzione allo studio dell'archeologia cristiana: storia, metodo, tecnica*. Roma: San Paolo Edizioni.
- MENZEL, Heinz (1960) – *Die römischen Bronzen aus Deutschland I. Speyer*. Mainz: Römisch-Germanisches Zentralmuseum.
- MENZEL, Heinz (1966) – *Die römischen Bronzen aus Deutschland II. Trier*. Mainz: Von Zabern.
- OLEIRO, João Manuel Bairrão; ALARCÃO, Jorge (1969) – Escavações em S. Sebastião do Freixo (Concelho da Batalha). *Conímbriga*. 8, pp. 1–12.

PERNICE, Erich (1925) – *Gefässe und Geräte aus Bronze*. Berlin: De Gruyter.

PINTO, António José Nunes (2002) – *Bronzes figurativos romanos de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

LOPES, Filipa Mendes da Ponte (2018) – Roman copper metallurgy: the Conimbriga situlae handle attachments. Lisboa: Universidade Nova (Dissertação de Doutoramento) < <http://hdl.handle.net/10362/57817> >.

RUIVO, José Silva; CORREIA, Virgílio Hipólito (2017) – Um quarto de século de investigação arqueológica em Conimbriga. In NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. – *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación. actas de la IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania* (Museo Arqueológico Nacional, 29–30 septiembre 2016). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 209–232.

RUIVO, José Silva; CORREIA, Virgílio Hipólito; DE MAN, Adriaan; Reis, Maria Pilar (2017) – O anfiteatro de Conimbriga (Coimbra, Portugal): balanço da recente investigação. In SOARES, Carmen; BRANDÃO, José Luís; CARVALHO, Pedro, eds. – *História Antiga: relações interdisciplinares: paisagens urbanas, rurais e sociais*. Coimbra: Universidade, pp. 75–95 < <http://hdl.handle.net/10400.26/25487> >.

SANTOS, Ana Cláudia Pereira Cerdeira (2017) – Intervenções arqueológicas na zona Norte de Conimbriga: Campanhas de 2013 e 2015-2016. Estudo de cerâmicas de importação, vidros e numismas e cronologias de ocupação. Coimbra, Faculdade de Letras, Relatório de Estágio de Mestrado < <http://hdl.handle.net/10400.26/22735> >.

SILVA, António Manuel P.; DE MAN, Adriaan; CORREIA, Virgílio Hipólito, eds. (no prelo) – *I Encontro de Cerâmica Medieval do Norte e Centro de Portugal* (Conimbriga – 2012).

SOTOMAYOR MURO, Manuel (1979) – La iglesia en la España romana. In GARCÍA VILLOSLADA, Ricardo, ed. – *Historia de la iglesia en España I. La iglesia en la España romana y visigoda*. Madrid: La Editorial Católica, pp. 7–400.

TAYLOR, Rabun; RINNE, Katherine Wentworth; KOSTOF, Spiro (2016) – *Rome: an urban history from Antiquity to the present*. Cambridge: Cambridge University Press.

TEJA, Ramón, 1994) – Los juegos de anfiteatro y el cristianismo. In ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María; ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan Javier, eds. – *El anfiteatro en la Hispania Romana: Coloquio Internacional* (Mérida, 26–28 de noviembre de 1992). Mérida: Junta de Extremadura pp. 69–78.

TESTINI, Pasquale (1980) – *Archeologia cristiana*. 2.^a ed. Bari: Edipuglia.

TOYNBEE, Jocelyn M. C. (1971) – *Death and burial in the Roman world*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

VITALE, Emma (2005) – *Corso di archeologia cristiana e medievale: appunti dalle lezioni*. Roma: Anteprima.

VIVES GATELL, José (1963) – *Concílhos visigóticos e hispano-romanos*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo Zurita (Comisión de Barcelona).

VIVES GATELL, José (1969) – *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo Zurita (Comisión de Barcelona).

VV. AA. (2000) – *Semente em boa terra: raízes do Cristianismo na Diocese de Coimbra: do século IV a 1064. Catálogo executado por ocasião da Exposição, Semente em Boa Terra, Igreja de São Tiago Coimbra, Nov. 2000 – Fev. 2001*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.